



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO**

PROJETO DE LEI Nº 014/91 - E

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL ADERIR  
A GRUPOS DE CONSÓRCIO, COM O FIM DE  
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RO-  
DOVIÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO, no uso de suas atribuições legais,  
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a  
seguinte Lei:

- Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a aderir e subscrever  
grupos de Consórcio, para a aquisição dos seguintes equipa-  
mentos:
- a) - Máquina Agrícola  
UM TRATOR AGRÍCOLA
  - b) - Máquina Rodoviária  
UM TRATOR RETROESCAVADEIRA
- Art. 2º - A adesão aos grupos de Consórcio se fará exclusivamente me-  
diante a formalização de licitação, nos termos da legisla-  
ção aplicável a espécie.
- Art. 3º - A despesa decorrente da aquisição do equipamento será obje-  
to de contabilização considerando-se o valor oferecido a ca-  
da equipamento (estimativo), ao preço do dia, pela multipli-  
cação do valor da primeira prestação ou cota pelo número de  
parcelas a pagar nos exercícios de 1991 a 1996.
- Art. 4º - As adesões a grupos de Consórcio, que ficarão adstritas às  
exigências dos respectivos créditos, não poderão exceder a  
05 (cinco) anos, nos termos da legislação federal.
- Art. 5º - Os investimentos decorrentes da aquisição dos equipamentos,  
deverão ser incluídos no orçamento plurianual.
- Art. 6º - São autorizadas as antecipações de prestações vincendas, à  
título de lances-livres, desde que tais pagamentos, aos pre-  
ços vigentes ao dia, liquidem parcelas finais de cada grupo,  
com o fim de abreviar a participação do Município no Consór-  
cio, tudo condicionado à existência de recursos financeiros  
disponíveis.



.....





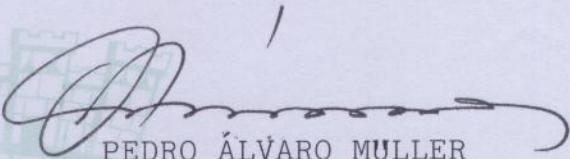
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO**

.....  
PROJETO DE LEI Nº 014/91 - E - Fl. 02

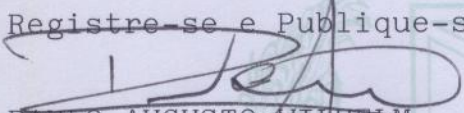
Art. 7º - O Poder Executivo deverá fazer a previsão orçamentária e financeira antes da elaboração do edital de licitação.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 13 de maio de 1991.

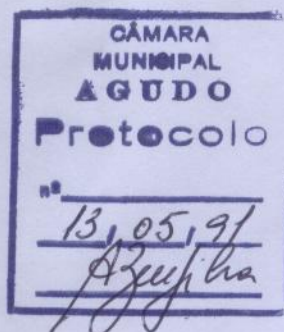
  
PEDRO ÁLVARO MULLER  
Prefeito Municipal

~~Registre-se e Publique-se~~

  
PAULO AUGUSTO WILHELM  
Sec. de Administração.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO**

MENSAGEM 14/91-E

Senhor Presidente; Senhores Vereadores.

O Projeto de Lei 14/91-E, que encaminhamos ao crivo Legislativo é manifestação clara de uma vontade do Executivo, que necessita autorização legislativa, considerando a natureza da operação e seu prazo.

A subscrição de Plano de Consórcio para a aquisição de bens duráveis já é prática de há muito incorporada na vida do cidadão. No Poder Público tal modalidade tem vida mais recente.

Comparada à uma aquisição à prazo, a subscrição de Consórcios difere / apenas na natureza da operação. Na compra à prazo o adquirente, ao pagar as prestações está amortizando uma dívida. No cumprimento de prestações de consórcio o subscritor está integralizando capital que lhe dará direito a dispôr de determinado bem, ao qual este negócio está vinculado.

Embora no Projeto se esteja solicitando autorização para subscrição no prazo máximo permitido pela legislação, informamos que para o item "a" do art. 1º pretende o Executivo Municipal subscrever plano com este prazo máximo, ou seja, cinco anos - 60 meses; para o item "b" o prazo reinante no mercado é de no máximo 36 meses. A Administração Municipal optará por este prazo.

Em ambos os casos o tempo à computar deve principiar em MAI91.

O Trator Agrícola que pretendemos adquirir será destinado para a Secretaria da Agricultura, que o empregará na realização de trabalhos agrícolas em propriedades que se enquadrarem nos parâmetros de assistência técnica e extensão rural da SAGRI/EMATER.

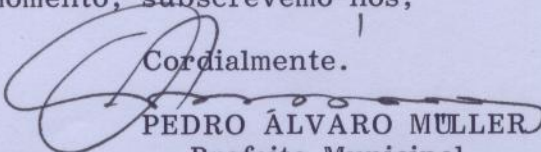
O Trator Retroescavadeira naturalmente aportará na Secretaria de Obras e Saneamento, aumentando o parque de máquinas.

Dado à razões de ordem financeira, é intensão do Executivo Municipal ver esta questão resolvida ainda neste mês, daí encaminhar-mos o presente em **regime de urgência**.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,



Cordialmente.

  
PEDRO ÁLVARO MULLER  
Prefeito Municipal

Agudo, 13MAI91